

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2017
com Relatório dos Auditores Independentes

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório dos auditores independentes.....	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balanco patrimonial.....	3
Demonstração dos resultados.....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração dos fluxos de caixa.....	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.
Xanxerê - SC

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Iguazu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Iguazu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda. a cumprir os requisitos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Iguazu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 26 de março de 2018.

São Paulo, 26 de março de 2018.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP-03.22.67/O-1



Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa equivalentes de caixa	5	2.930	396
Contas a receber de clientes	6	18.464	10.292
Impostos e contribuições a recuperar	11	7	14
Estoques		548	618
Serviços pedidos em curso	8	120	41
Adiantamentos a fornecedores		867	2.546
Exposição involuntária	9	536	1.752
Outros créditos a receber	10	215	127
		<u>23.687</u>	<u>15.786</u>
Não circulante			
Depósitos judiciais	19	29.531	27.626
Impostos e contribuições a recuperar	11	10	10
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	2.064	2.644
Imobilizado	12	48.989	49.217
Intangível	12	37	65
		<u>80.631</u>	<u>79.562</u>
Total do ativo		<u><u>104.318</u></u>	<u><u>95.348</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	6.991	7.518
Empréstimos e financiamentos	15	870	3.488
Folha de pagamento		475	835
Impostos e contribuições a recolher	16	11.362	8.305
Dividendos e JSCP		86	86
Obrigações Estimadas	18	1.732	1.329
Encargos do Consumidor	17	5.357	3.196
Passivos financeiros setoriais	30	7.961	2.786
Outras contas a pagar	20	670	846
		35.504	28.388
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	1.033	2.181
Impostos e Contribuições a Recolher	16	2.516	-
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	19	32.927	31.616
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	338	691
Obrigações Vinculadas a Conc.e Perm.S.P.En.Elét.	21	26.124	28.900
Outras contas a pagar	20	29	32
		62.967	63.420
Patrimônio líquido			
Capital Social	22	6.388	5.888
Reservas de lucros	22	457	457
Reserva de avaliação patrimonial	22	1.897	1.897
Recursos Destinados a Aumento de Capital		200	-
Lucros (prejuízos) acumulados		(3.095)	(4.702)
		5.847	3.540
Total do passivo		104.318	95.348

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Demonstração dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto pelo lucro por quota)

	Nota	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita operacional líquida	23	75.231	54.021
Custos/Despesas Operacionais			
Energia elétrica comprada para revenda	24	(32.473)	(11.595)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	24	(18.794)	(20.268)
Pessoal	24	(13.518)	(12.933)
Material	24	(1.276)	(1.455)
Serviços de terceiros	24	(2.800)	(3.385)
Depreciação e amortização	24	(1.628)	(1.338)
Arrendamentos e alugueis	24	(738)	(731)
Outros	24	(518)	(368)
		<u>(71.745)</u>	<u>(52.073)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>3.486</u>	<u>1.948</u>
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras	25	(2.310)	(3.253)
Receitas financeiras	25	1.361	1.261
		<u>(949)</u>	<u>(1.992)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>2.537</u>	<u>(44)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	26	(703)	(48)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	26	(228)	(323)
		<u>(931)</u>	<u>(371)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<u>1.606</u>	<u>(415)</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Reserva de Reavaliação Patrimonial</u>	<u>Recursos Dest. Aum. de Capital</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
31 de dezembro de 2016	5.888	457	1.897	-	(4.702)	3.540
Subscrição de Capital	500	-	-	-	-	500
Recursos Destinados a Aumento de Capital	-	-	-	200	-	200
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	1.607	1.607
31 de dezembro de 2017	<u>6.388</u>	<u>457</u>	<u>1.897</u>	<u>200</u>	<u>(3.095)</u>	<u>5.847</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Demonstração dos Fluxos de caixa – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.606	(415)
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro antes do imposto de renda e a contribuição social com o fluxo de caixa:		
Juros sobre empréstimos	1.423	1.867
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	1.311	1.940
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	581	(164)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(353)	487
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	268	769
Amortização e baixas do intangível	1.628	1.338
Lucro ajustado	<u>6.464</u>	<u>5.822</u>
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber de clientes	(8.441)	7.350
Serviços pedidos em curso	(79)	367
Depósitos Judiciais	(1.905)	(1.932)
Ativo financeiro da concessão	(5.343)	317
Exposição involuntária	1.216	(1.153)
Outros	1.676	(604)
	<u>(12.876)</u>	<u>4.345</u>
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(528)	36
Impostos e contribuições a recolher	5.573	(1.544)
Encargos do consumidor	2.161	(1.857)
Outras contas a pagar	3.849	1.152
	<u>11.055</u>	<u>(2.213)</u>
Fluxo de caixa originado das atividades operacionais	<u>4.643</u>	<u>7.954</u>
Atividades de investimentos		
Investimentos de curto prazo	-	-
Intangível	1.195	(2.003)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>1.195</u>	<u>(2.003)</u>
Atividades de financiamentos		
Ingressos de empréstimos	-	426
Amortização de empréstimos	(4.004)	(5.939)
Dividendos distribuídos	-	(318)
Aumento de Capital	700	-
Fluxo de caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>(3.306)</u>	<u>(5.831)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>2.534</u></u>	<u><u>120</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	396	276
Saldo no final do exercício	<u>2.930</u>	<u>396</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>2.534</u></u>	<u><u>120</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia e setor elétrico

A Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda, é uma Concessionária de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica, tendo como sua área de concessão legal de 1.252 Km², atendendo 35.713 consumidores em 8 municípios (Xanxerê, Xaxim, Marema, Lajeado Grande, Entre Rios, Bom Jesus e parte dos Municípios de Cordilheira Alta e Ipuacú, todos na Região Oeste, do Estado de Santa Catarina), tendo sua sede no Município de Xanxerê, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem sócios controladores, entre eles, a Netherinvest Participações Ltda., empresa com sede em São Paulo no Estado de São Paulo que tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente no setor de energia elétrica e também outros setores.

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o Contrato de Concessão de distribuição essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais.

Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Iguaçu Energia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, conforme contrato de concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 050/1999, firmado em 28 de junho de 1999 entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e a Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda. - IENERGIA. Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela concessionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica da concessão de que esta é titular.

Em 15 de dezembro de 2015 foi assinado o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, por meio do qual foi renovado o prazo de concessão e terá vigência até 7 de julho de 2045. Neste aditivo foram incluídos novos compromissos sobre qualidade operacional, econômica e financeira que a Companhia deverá cumprir e que serão objeto de monitoramento pela ANEEL. Na Clausula Decima Sexta do

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Quinto Termo Aditivo consta que a celebração deste Termo Aditivo rescinde para todos os efeitos as Cláusulas e Subcláusulas do Contrato de Concessão nº 50/1999-ANEEL, de 28 de junho de 1999, e dos demais Aditivos assinados anteriormente a este Termo Aditivo, sem prejuízo dos Direitos e Obrigações decorrentes do Contrato nº 50/1999-ANEEL, ressalvados aqueles que conflitam com a Lei nº 12.783 de 2013, com o Decreto nº 7.805, de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 2015 ou com as Disposições deste Termo Aditivo.

Consta na Subcláusula Única da Cláusula Décima Sexta que a DISTRIBUIDORA aceita na assinatura deste Termo Aditivo as Condições de Prorrogação estabelecidas no presente Instrumento Jurídico, bem como as disposições da Lei nº 12.783, de 2013, no Decreto nº 7.805, de 2012 e no Decreto nº 8.461, de 2015.

3. Base de apresentação

3.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, editado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o qual encontra-se harmonizado com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As principais particularidades entre a contabilidade regulatória e a contabilidade societária são tratadas nas Instruções Gerais - IG, Instruções Contábeis - IC e Técnicas de Funcionamento do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Entre as principais adaptações apresentadas neste Manual em relação aos CPCs, destacam-se:

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

- a) ICPC 01 - Contratos de Concessão - esta ICPC não foi contemplada neste Manual. Desta forma, quando da sua aplicação para fins societários não deverá refletir nas informações contábeis regulatórias, devendo seus efeitos serem eliminados.
- b) CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras - este CPC estabelece a necessidade de segregação entre custos e despesas dos gastos alocados no resultado do exercício, segregação esta não requerida neste manual.
- c) CPC 27 - Imobilizado - este CPC estabelece que o valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil. Entretanto, no âmbito regulatório, quem é competente para definir a vida útil e a taxa de depreciação dos bens é o Órgão Regulador, não cabendo à empresa realizar a revisão mencionada no CPC 27.
- d) CPC 06 - Arrendamento Mercantil - a aplicação deste CPC deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Possíveis mudanças de práticas societárias decorrentes da aplicação dessa norma, em virtude de alguma excepcionalidade, principalmente quanto ao arrendamento mercantil financeiro, deverá ser comunicado previamente ao Órgão Regulador.
- e) As Outorgadas, as quais possuem revisão tarifária, deverão registrar contabilmente para fins regulatórios a reavaliação regulatória compulsória valorada com base no Valor Novo de Reposição (VNR).

Na nota explicativa de reconciliação entre contabilidade regulatória e societária são apresentados mais detalhes dos impactos. Os dados não financeiros incluídos nesta demonstração contábil tais como, MW, MWh e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram auditados.

A emissão das Demonstrações Contábeis Regulatórias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2018.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: a) os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; b) os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo; e c) o ativo imobilizado é atualizado pelo valor novo de reposição a cada revisão tarifária.

3.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos e de mensuração

Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco expressivo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Depreciação da infraestrutura

Os bens são depreciados de forma linear pela vida útil regulatória definida pela ANEEL. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, regulatórios, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O critério referente à análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está descrito na nota 7.

4. Principais Políticas contábeis

4.1. Mudanças nas políticas contábeis

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo que a Companhia adota o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE desde a referida data.

4.2. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Ativo Regulatório Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros.

4.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

4.4. Subvenções governamentais

São reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

4.5. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

4.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto.

4.7. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.8. Investimentos de curto prazo

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

4.9. Contas a receber de clientes

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, os serviços prestados, os acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência (nota 6).

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização do seu contas a receber (nota 7).

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

4.10. Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustados por provisão para perdas, quando necessário, e não excedem o valor de mercado. Já os materiais em estoque destinados aos investimentos estão classificados no ativo intangível e valorizados pelo custo médio de aquisição líquidos do ICMS.

4.11. Ativo Imobilizado

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em julho de 2012. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O resultado na alienação de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. De acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os bens são atualizados pelo Valor Novo de Reposição - VNR pelos valores do último laudo de revisão tarifária, sendo que na Companhia ocorreu em 2016.

Bens e instalações em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina Resolução ANEEL nº. 367/2009. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999, e art. 9º da Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades reguladas são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

4.12. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Representa o saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios, Estados, União Federal e Consumidores em geral, relativos a doações e subvenções para investimento na expansão do serviço público de energia elétrica.

Em atendimento à Instrução Contábil nº 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as Obrigações Vinculadas à Concessão, registradas em grupo específico no Passivo Não Circulante, estão apresentadas como dedução do Ativo Não Circulante - Imobilizado, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamento para obras.

De acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as obrigações são atualizadas pelo Valor Novo de Reposição - VNR pelos valores do último laudo de revisão tarifária, sendo que na Companhia ocorreu em 2016.

4.13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

4.14. Resultado por quota

O resultado por quota básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos quotistas diretamente proporcional.

4.15. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

4.16. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

4.17. Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros.

No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Orientação Técnica – OCPC 08 teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que eliminou, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quanto à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

A Companhia efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de forma prospectiva, registrando os valores em Outras Contas a Receber em contrapartida a Receita de Ativo Regulatório no resultado.

4.18. Taxas regulamentares

a. Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

b. Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

c. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

d. Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

e. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

f. Encargo do Serviço do Sistema – ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

4.19 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	2.930	396
	<u>2.930</u>	<u>396</u>

6. Contas a Receber de Clientes

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Contas a receber de consumidores faturados	8.805	7.279
Contas a receber de consumidores não faturados	2.943	2.466
Outras	263	347
	<u>12.011</u>	<u>10.092</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(268)	(247)
Rendas a receber	252	19
Ativos financeiros setoriais	6.469	428
Total de conta a receber de clientes	<u>18.464</u>	<u>10.292</u>

As contas a receber apresentadas acima são classificadas como empréstimos e recebíveis e, portanto, mensuradas pelo custo amortizado.

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso. Na condição de prestadora de serviço público de distribuição, a Companhia deve fornecer energia a todos os consumidores que solicitarem ligação à infraestrutura da concessão.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica estão distribuídos da seguinte forma por idade de vencimento:

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

Classe do consumidor	2017			Total 2017
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	
Residencial	2.529	617	64	3.210
Industrial	964	289	37	1.290
Comércio, Serviços e Outras Atividades	1.944	201	53	2.198
Rural	994	223	122	1.339
Poder Público	244	2	2	248
Iluminação Pública	326	-	-	326
Serviço Público	194	-	-	194
Subtotal	7.195	1.332	278	8.805
Fornecimento não Faturado	2.943	-	-	2.943
Serviço Taxado	-	38	7	45
Encargo de Capacidade Emergencial	-	-	1	1
Outras	40	79	8	127
Encargo de Uso da Rede Elétrica	90	-	-	90
	10.268	1.449	294	12.011

Classe do consumidor	2016			Total 2016
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	
Residencial	2.114	513	65	2.692
Industrial	815	257	26	1.098
Comércio, Serviços e Outras Atividades	1.506	184	37	1.727
Rural	774	123	130	1.027
Poder Público	197	19	1	217
Iluminação Pública	277	71	-	348
Serviço Público	163	7	-	170
Subtotal	5.846	1.174	259	7.279
Fornecimento não Faturado	2.466	-	-	2.466
Serviço Taxado	-	9	23	32
Encargo de Capacidade Emergencial	-	-	1	1
Outras	167	29	47	243
Encargo de Uso da Rede Elétrica	71	-	-	71
	8.550	1.212	330	10.092

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

7. Provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2017			
	2016	Provisões Adições	(Baixas)	2017
Contas a receber de consumidores faturados	247	3.126	(3.105)	268
Total circulante	<u>247</u>	<u>3.126</u>	<u>(3.105)</u>	<u>268</u>

	2016			
	2015	Provisões Adições	(Baixas)	2016
Contas a receber de consumidores faturados	220	2.916	(2.889)	247
Total circulante	<u>220</u>	<u>2.916</u>	<u>(2.889)</u>	<u>247</u>

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos e compreende resumidamente em:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.
- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

8. Serviços pedidos em curso

O saldo de R\$ 120 (R\$ 41 em 31/12/2016) refere-se aos valores de projetos em andamento do Programa de Eficiência Energética e do Programa de Pesquisa & Desenvolvimento e que assim que concluídos são compensados com valores registrados no passivo.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

9. Subvenção CDE

O saldo em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 536 (R\$ 1.752 em 31 de dezembro de 2016) compreende aos Créditos CDE a receber da Eletrobrás. A ANEEL homologa o montante mensal de recursos da CDE a ser repassado pela - Eletrobrás, considerando o resultado do processo de contabilização, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a partir das operações de janeiro de 2013, e a diferença entre o preço de liquidação de diferenças médio mensal e a cobertura tarifária concedida para o montante de reposição não recontratado. A Eletrobrás repassará estes recursos diretamente às concessionárias de distribuição, nas datas e contas relativas aos respectivos aportes mensais de garantias financeiras, para fins da liquidação financeira do mercado de curto prazo.

10. Outros créditos a receber

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Subvenção baixa renda	64	24
Outros créditos a receber	151	103
	<u>215</u>	<u>127</u>

11. Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
ICMS (a)	7	10	9	10
IRRF	-	-	5	-
	<u>7</u>	<u>10</u>	<u>14</u>	<u>10</u>

- (a) Refere-se ao ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo imobilizado e que será recuperado á razão de 1/48 (um quarenta e oito avos), de acordo com o Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina, alterado pela Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

12. Imobilizado/Intangível

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2017	31/12/2016
<u>Em serviço</u>			
Intangíveis	0,00%	340	340
Terrenos	0,00%	5.426	129
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3,33%	533	533
Máquinas e Equipamentos	4,23%	81.572	79.554
Veículos	14,29%	2.547	2.675
Móveis e Utensílios	6,25%	296	350
		90.714	83.581
<u>(-) Reintegração/Amortização Acumulada</u>			
Intangíveis		(302)	(275)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(533)	(533)
Máquinas e Equipamentos		(40.039)	(38.221)
Veículos		(1.948)	(1.906)
Móveis e Utensílios		(274)	(322)
		(43.096)	(41.257)
Total em serviço		47.618	42.324
<u>Em curso</u>			
Terrenos		-	5.338
Máquinas e Equipamentos		492	501
Veículos		-	-
A ratear		3	129
Material em depósito		913	991
		1.408	6.959
(-) Obrigações especiais vinculadas a concessão		(26.124)	(28.900)
Total em curso		(24.716)	(21.942)
Total Imobilizado e intangível		49.026	49.283

(a) Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos nº s 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na sub-transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

(b) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

(c) Reavaliação Regulatória Compulsória

Em atendimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico- MCSE, a Companhia registrou em 2012, a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição – VNR do Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária e dos ciclos seguintes, a débito e a crédito das contas contábeis do subgrupo 1232 – Ativo Imobilizado e subgrupo 2223 - Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), respectivamente, de acordo com a natureza do saldo de cada conta, em contrapartida da conta contábil específica do subgrupo 2243.01 – Patrimônio Líquido

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

#	DESCRIÇÃO DO BEM	Em R\$ mil
1	ODI 78873/17 - Redes	167
2	ODI 22505/17 - Redes	167
3	ODI 46068/17 - Redes	130
4	ODI 15941/17 - Redes	118
5	ODI 34838/17 - Redes	92
6	ODI 161/17 - Redes	67
7	ODI 44385/17 - Redes	62
8	ODI 156/17 - Redes	62
9	ODI 5632317 - Redes	61
10	ODI 187/17 - Redes	60

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

#	DESCRIÇÃO DO BEM	Em R\$ mil
1	ODD 65124/17 - Veículos	102
2	ODD 73686/17 - Redes	49
3	ODD 47183/17 - Redes	49
4	ODD 34979/17 - Redes	30
5	ODD 56075/17 - Redes	9
6	ODD 73692/17 - Redes	7
7	ODD 64641/16 - Redes	7
8	ODD 1854/17 - Redes	7
9	ODD 7027/17 - Redes	7
10	ODD 10185/17 - Redes	7

Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

13. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017, assim como as transações que influenciaram o resultado do período.

As transações entre a Companhia e seus sócios controladores referem-se exclusivamente a avais, em operações usuais de financiamentos com instituições financeiras. Consequentemente, não causam nenhum efeito sobre o resultado e a posição financeira da empresa.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Garantias de partes relacionadas

A Companhia tem seus avalistas, os sócios controladores e/ou seus diretores, em montante do passivo para os contratos de financiamento abaixo listados:

Instituição	Posição 31/12/2017	% do aval	Início	Término	Avalistas
Banco do Brasil	859	100	dez/13	Set/24	Netherinvest Participações Ltda e Joaquim Salles Leite Filho
Banrisul	252	100	out/13	fev/20	Joaquim Salles Leite Filho
Caixa Federal	54	100	set/13	jan/19	Joaquim Salles Leite Filho, Antonio C. Baldissera, Inês Pastore Baldissera, Ana Paula Torres, Salles Leite Administração.
Credimoc	56	100	jun/15	set/18	Joaquim Salles Leite Filho
Total	1.221				

14. Fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.274	1.899
Celesc Distribuição S/A	2.046	1.061
Iguaçu Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	2.011	2.580
CCEE	-	289
Materiais	74	171
Serviços	141	132
Materiais e Serviços de Imobilizado	445	1.386
	<u>6.991</u>	<u>7.518</u>

15. Empréstimos e financiamentos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
B.N.D.E.S.	607	1.162
Capital de Giro	57	2.628
Luz Para Todos	69	181
FINAME	1.096	1.427
Outras operações	74	271
	<u>1.903</u>	<u>5.669</u>
Parcela de circulante	870	3.488
Parcela de não circulante	1.033	2.181

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

15.1. Composição e condições pactuadas

Moeda nacional		31/12/2017				
Instituições financeiras / credores	Captação	% - Juros	Índice de correção	Saldo	Circulante	Não Circulante
B.N.D.E.S	1.349	1,00% am	-	608	410	198
Capital de giro	1.819	1,80% am	-	-	-	-
Capital de giro	599	0,45% am	-	57	57	-
Capital de giro	1.476	3,42% aa	-	-	-	-
Luz para todos	249	0,93% am	-	69	40	29
FINAME	208	3,18% aa	Pré-fixado	54	54	-
FINAME	1.005	3,50% aa	Pré-fixado	789	130	659
FINAME	487	0,50% am	CDI	252	111	141
Outras				74	68	6
				1.903	870	1.033

Moeda nacional		31/12/2016				
Instituições financeiras / credores	Captação	% - Juros	Índice de correção	Saldo	Circulante	Não Circulante
B.N.D.E.S	1.349	1,00% am	-	1.162	565	597
Capital de giro	1.819	1,80% am	-	564	564	-
Capital de giro	599	0,45% am	-	588	588	-
Capital de giro	1.476	3,42% aa	-	1.476	1.476	-
Luz para todos	249	0,93% am	-	181	70	111
FINAME	208	3,18% aa	Pré-fixado	131	30	101
FINAME	1.005	3,50% aa	Pré-fixado	913	72	841
FINAME	487	0,50% am	CDI	383	21	362
Outras				271	102	169
				5.669	3.488	2.181

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

15.2. Movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Encargos de Dívidas (líquido dos custos a amortizar):

Moeda nacional e estrangeira	Saldo inicial	Ingressos	Encargos	Pagamentos/ Baixas de principal	Pagamentos/ Baixas de juros	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2016					31/12/2017
Empréstimos e financiamentos						
B.N.D.E.S.	1.162	-	140	(551)	(143)	608
Capital de Giro	2.628	-	39	(2.559)	(51)	57
Luz Para Todos	181	-	5	(112)	(5)	69
FINAME	1.427	-	56	(330)	(58)	1.095
Outras operações	271	-	-	(197)	-	74
	5.669	-	240	(3.749)	(257)	1.903
Moeda nacional e estrangeira						
Instituições financeiras / credores	Saldo inicial	Ingressos	Encargos	Pagamentos/ Baixas de principal	Pagamentos/ Baixas de juros	Saldo final
	31/12/2015					31/12/2016
Empréstimos e financiamentos						
B.N.D.E.S.	1.349	949	169	(1.149)	(156)	1.162
Capital de Giro	3.894	213	398	(1.502)	(375)	2.628
Luz Para Todos	249	-	18	(68)	(18)	181
FINAME	1.700	215	101	(286)	(106)	1.624
Outras operações	277	76	26	(280)	(25)	74
	7.469	1.453	712	(3.285)	(680)	5.669

15.3. Composição da parcela do não circulante

Em 31 de dezembro de 2017, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos (em R\$ mil):

Ano	B.N.D.E.S.	Luz Para Todos	FINAME	Outras operações	Total
2019	184	22	241	6	453
2020	14	7	140	-	161
2021	-	-	127	-	127
2022	-	-	127	-	127
2023	-	-	127	-	127
Após 2023	-	-	38	-	38
	198	29	800	6	1.033

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

15.4. Garantias

As linhas de empréstimos e financiamentos possuem como garantia os próprios bens, cessão fiduciária de recebíveis e aval dos sócios quotistas controladores.

16. Impostos e contribuições a recolher

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ICMS parcelado	9.568	7.481
ICMS mensal	503	-
INSS	256	244
FGTS	102	98
Programa de Integração Social - PIS	97	83
Contribuição para Financ. da Seguridade Social - COFINS	447	385
Contribuição Social s/ Lucro Líquido – CSLL	99	-
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	277	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF de terceiros	9	9
Imposto Sobre Serviço - ISS	4	3
Taxas diversas	-	1
	<u>11.362</u>	<u>8.304</u>

17. Encargos do consumidor a recolher

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	995	514
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	30	20
Ministério de Minas e Energia - MME	15	10
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (a)	619	434
Programa de Eficiência Energética – PEE (a)	2.397	1.994
Programa de Eficiência Energética – PROCEL	51	-
Taxa de Fiscalização	8	8
Bandeiras Tarifárias	1.242	216
	<u>5.357</u>	<u>3.196</u>

(a) Os gastos com P&D e PEE efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até outubro de 2012 e alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, referente à Pesquisa e Desenvolvimento e nº 300/08, referente ao Programa de Eficiência

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

Energética. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos, que são alocados na rubrica Serviços em curso, e são baixados quando da conclusão dos projetos de P&D e PEE.

18. Obrigações estimadas

O valor de R\$ 1.732 (R\$ 1.329 em 31/12/2016), refere-se à provisão de férias, vencidas e a vencer proporcionais, exigíveis na data do balanço, e seus respectivos encargos sociais sobre as provisões, devidos pela Companhia.

19. Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias e contingências

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

a) A composição da provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias e contingências

Processos judiciais	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor da provisão	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Valor da provisão	Depósitos judiciais	Provisão líquida
Celesc	29.512	29.512	-	27.571	27.571	-
Cemid	2.200	-	2.200	2.200	-	2.200
Cíveis	1.215	-	1.215	1.845	55	1.790
	32.927	29.512	3.415	31.616	27.626	3.990
Circulante	-	-	-	-	-	-
Não circulante	32.927	29.512	3.415	31.616	27.626	3.990
	32.927	29.512	3.415	31.616	27.626	3.990

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

b) A movimentação dos processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias e contingências

	Saldo inicial 31/12/2016	Adição	Reversão	Saldo final 31/12/2017
Cíveis	1.845	9.219	(9.849)	1.215
	1.845	9.619	(9.849)	1.215

	Saldo inicial 31/12/2015	Adição	Reversão	Saldo final 31/12/2016
Cíveis	1.102	6.826	(6.083)	1.845
	1.102	6.826	(6.083)	1.845

Os valores acima não foram considerados com o acréscimo de correção monetária, juros e honorários advocatícios, com exceção do processo da CELESC cujo o valor foi obtido junto a 1ª Vara Cível da Comarca de Xanxerê.

Celesc

Refere-se a discussão judicial referente ao prazo do Contrato de Compra e Venda de Energia elétrica – período de janeiro a julho de 2008.

Cemid

Refere-se ao Processo Judicial nº 98.60.000872-8, que tramita perante a Vara da Justiça Federal em Chapecó, SC, no qual se discute o valor das redes de distribuição de energia elétrica da Cooperativa Mista de Desenvolvimento Regional, Ltda. - CEMID, encampada através da Resolução ANEEL nº 155, de 12.05.98. O referido processo encontra-se no Tribunal Regional da 4ª Região aguardando julgamento.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por reclamações ajuizadas por ex-empregados da Companhia, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, entre outros.

Cíveis

A Companhia possui processos cíveis que tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

Regulatórias

Por se tratar de um monopólio natural e ser considerada como serviço essencial, a distribuição de energia elétrica possui uma rígida regulamentação e fiscalização, ambas realizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A empresa discute processo referente a questões técnicas e administrativas em divergência com a análise da Agência. Atualmente, a Companhia possui 02 processos em tramitação na ANEEL que totalizam R\$ 318 mil.

20. Outras contas a pagar

	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Contribuição de iluminação pública	254	-	309	-
Ajustes de faturamento	70	-	33	-
Multas	42	-	45	-
Aluguéis	70	-	71	-
Contribuições financeiras	15	-	10	-
Seguros de veículos	-	-	19	-
Multas e Juros do ICMS parcelado	173	-	239	-
Transferência de crédito de ICMS	38	-	38	-
Bônus de Itaipu recebidos da Eletrobrás	4	-	4	-
Outros	4	-	78	-
Retenção de quotas da Reserva Global de Reversão - RGR	-	29	-	32
	670	29	846	32

Contribuições financeiras - cobradas nas contas de energia elétrica, que de acordo com os contratos firmados serão repassados a diversas entidades.

Ajustes de faturamento - é composto de pagamentos efetuados em duplicidade, compensação de DIC/FIC, DIC/FIC/DMIC, etc., os quais são repassados aos consumidores através do faturamento.

21. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

Obrigações Especiais	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas pelo VOC (B)	Baixas de Reavaliação (C)	Transfe-rências (D)	Reavaliação	Outros	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Brutas (A+D)	Adições Líquidas (A+B+C)
AIS Bruto = 2223.X.01/4	-31.528	-1.013	0	0	88	0	1	-32.453	-925	-1.013
Participação da União, Estados e Municípios	-2.834	0	0	0	0	0	0	-2.834	0	0
Participação Financeira do Consumidor	-11.231	-440	0	0	88	0	1	-11.583	-352	-440
Doações e Subvenções Dest.a Invest.no Serviço Conc.	-10.137	-573	0	0	0	0	0	-10.710	-573	-573
Pesquisa e Desenvolvimento	-2.122	0	0	0	0	0	0	-2.122	0	0
Outros	-5.204	0	0	0	0	0	0	-5.204	0	0
Ultrapassagem de Demanda	-4.579	0	0	0	0	0	0	-4.579	0	0
Outros	-625	0	0	0	0	0	0	-625	0	0
AIC = 2223.03/6	-2.767	-1.459	0	0	3.836	0	0	-389	2.377	-1.459
Participação da União, Estados e Municípios	-1.825	0	0	0	1.825	0	0	0	1.825	0
Participação Financeira do Consumidor	-216	-918	0	0	823	0	0	-311	-95	-918
Outros	-726	-541	0	0	1.188	0	0	-78	647	-541
Ultrapassagem de Demanda	-571	0	0	0	571	0	0	0	571	0
Outros	-155	-541	0	0	617	0	0	-79	76	-541
Amortização Acumulada = 2223.X.02/5	5.394	700	0	0	0	624	0	6.718	700	700
Participação da União, Estados e Municípios	923	61	0	0	0	56	0	1.040	61	61
Participação Financeira do Consumidor	2.172	251	0	0	0	222	0	2.645	251	251
Doações e Subvenções Dest.a Invest.no Serviço Conc.	1.801	229	0	0	0	201	0	2.231	229	229
Pesquisa e Desenvolvimento	127	46	0	0	0	42	0	215	46	46
Outros	371	113	0	0	0	103	0	586	113	113
Ultrapassagem de Demanda	152	99	0	0	0	91	0	342	99	99
Outros	219	14	0	0	0	12	0	245	14	14

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

#	DESCRIÇÃO DO BEM	Em R\$ mil
1	ODI 78873/17 - Redes	167
2	ODI 22505/17 - Redes	167
3	ODI 46068/17 - Redes	130
4	ODI 15941/17 - Redes	118
5	ODI 34838/17 - Redes	92
6	ODI 161/17 - Redes	67
7	ODI 44385/17 - Redes	62
8	ODI 156/17 - Redes	62
9	ODI 5632317 - Redes	61
10	ODI 187/17 - Redes	60

Não teve baixas no ano de 2017.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 6.388 (R\$ 5.888 em 31 de dezembro de 2016), representado por 23.934 quotas, cuja composição por quotista é a seguinte:

Quotistas	Quotas	%
Netherinvest Participações Ltda.	15.539	64,92%
Joaquim Salles Leite Filho	6.186	25,85%
Outros	2.209	9,23%
	23.934	100,00%

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

b) Reserva de Lucros

A reserva apresentada refere-se a decisão em ATA da AGO/AGE datada de 14/09/2005, devido a Lei 10.848 de 15/04/2014 que determinava a segregação da Atividade de Distribuição de Energia Elétrica, que resultou na redução do Capital Social com quotas que se encontravam em tesouraria. A referida segregação de atividade foi homologada através da Resolução Homologatória nº 1034 de 27/07/2010. A reserva de Lucros poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

23. Receita operacional

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecimento de energia	97.749	95.862
Outras receitas (b)	15.482	10.184
	<u>113.231</u>	<u>106.046</u>
<u>Tributos sobre a receita operacional bruta</u>		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	(23.113)	(23.500)
Programa de integração social - PIS	(2.266)	(1.909)
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	(7.231)	(8.806)
Imposto sobre serviços - ISS	(56)	(10)
<u>Encargos regulamentares da concessão</u>		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(147)	(118)
Programa de eficiência energética -PEE	(367)	(295)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(5.051)	(14.305)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(97)	(90)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	(147)	(118)
Ministério de Minas e Energia - MME	(73)	(59)
Bandeiras Tarifárias	(4.095)	(2.180)
Demais Ativ.e Pas.Financeiros-Neutralidade	4.643	(576)
	<u>(38.000)</u>	<u>(51.966)</u>
Receita operacional líquida	<u>75.231</u>	<u>54.080</u>

(a) A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

(b) Os saldos de Outras Receitas são compostos por:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Serviço Taxado	270	298
Serviços de administração, faturamento e arrecadação de convênios e serviços solicitados pelo consumidor	1.016	580
Encargos do uso de conexão da rede elétrica	(478)	(38)
EUSD - Consumidores Livres	13.421	8.462
Aluguel de postes	1.078	303
Subvenções vinculadas ao serviço concedido - Baixa renda	175	148
	<u>15.482</u>	<u>9.753</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é a seguinte:

	<u>N° de consumidores</u> <u>(valores não auditados)</u>		<u>MWh</u> <u>(valores não auditados)</u>		<u>R\$ mil</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Residencial	25.570	24.971	57.409	56.350	24.156	24.127
Industrial	1.017	898	30.797	107.994	18.480	21.789
Comercial, Serviços	4.048	3.976	39.130	37.001	15.943	15.426
Rural	4.618	4.636	34.836	32.423	10.801	10.179
Poder Público	418	426	4.965	5.385	2.153	2.381
Iluminação Pública	7	7	9.853	9.807	2.372	2.357
Serviço Público	35	30	4.330	4.266	1.355	1.329
(-) Exc. demanda (c)	-	-	-	-	(1.373)	(682)
Subtotal	<u>35.713</u>	<u>34.944</u>	<u>181.320</u>	<u>253.226</u>	<u>73.887</u>	<u>76.906</u>

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

ICMS Faturado	-	-	-	-	23.114	23.500
PIS Faturado	-	-	-	-	1.694	1.916
COFINS Faturado	-	-	-	-	7.803	8.837
Fornec. não faturado	-	-	-	-	527	834
	<u>35.713</u>	<u>34.944</u>	<u>181.320</u>	<u>253.226</u>	<u>107.025</u>	<u>111.993</u>

(c) Receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos

O Despacho de Encerramento nº 4.991, de 29 de dezembro de 2011, estabeleceu procedimentos contábeis para elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício de 2011. Dentre os assuntos abordados no documento estão as receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos. As orientações contidas no Despacho baseiam-se na metodologia aprovada para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária, especificamente em relação ao Sub-módulo 2.7 Outras Receitas, homologado pela Resolução nº 463, de 22 de novembro de 2011. De acordo com a metodologia as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, deverão ser contabilizadas como Obrigações Especiais.

24. Custos do serviço e despesas operacionais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Energia elétrica comprada para revenda (e)	32.473	11.595
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	18.794	20.268
Pessoal (a)	13.518	12.933
Material (b)	1.276	1.455
Serviços de terceiros (c)	2.800	3.385
Depreciação e amortização	1.628	1.338
Arrendamentos e aluguéis (d)	738	731
Outros (f)	518	368
	<u>71.745</u>	<u>52.073</u>

a) Pessoal

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Remunerações	10.772	10.137
Encargos sociais	3.763	3.579
Auxílio alimentação	282	276
Convênio assistencial e outros benefícios	477	553
(-) Transferências para imobilizações em curso	(1.776)	(1.612)
	<u>13.518</u>	<u>12.933</u>

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

b) Materiais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Manutenção do Sistema Elétrico e Equipamentos	923	1.026
Reparos, limpeza e uniformes e ferramentas	198	190
Peças, Acessórios e Combustível para Veículos	767	787
Material de Expediente	78	62
(-) Transferências para Contas Patrimoniais	(690)	(610)
	<u>1.276</u>	<u>1.455</u>

c) Serviços de terceiros

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Consultoria e auditoria	234	213
Manutenção do sistema elétrico e equipamentos	551	1.086
Entrega de faturas e documentos	34	23
Limpeza, conservação de prédios e segurança	32	66
Conserto e conservação de veículos	172	170
Processamento de dados	737	912
Comunicação, correios, reprografias e publicidades	516	406
Fretes, passagens, hospedagem e alimentação	103	138
Progr. de controle médico da saúde ocupacional	42	54
Formação profissional de empregados	21	13
Honorários advocatícios	487	444
(-) Transferências para contas patrimoniais	(129)	(140)
	<u>2.800</u>	<u>3.385</u>

d) Arrendamentos e aluguéis

Valor de R\$ 738 em 2017 (R\$ 731 em 2016) compreende ao contrato de locação com a empresa Dimetal Distribuidora de Produtos Metalúrgicos Ltda., de imóveis urbanos situados na cidade de Xanxerê - SC, com prazo de 36 meses a partir de 01/12/2015, reajustados pelo IGPM, com anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 876 de 26/03/2013.

e) Energia elétrica comprada para revenda

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, está sendo somado junto com a energia elétrica comprada para revenda, de acordo com o que determina o Ofício Circular Nº 2.775/2008-SFF/ANEEL de 24/12/2008.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

	MWh		Uso do sistema de distribuição			
	(valores não auditados)		CUSD – 2017		CUSD – 2016	
	31/12/2017	31/12/2016	Ponta	F. Ponta	Ponta	F. Ponta
Celesc Distribuição S/A Iguaçu Comerc. de Energia Elétrica	114.065	134.290	467.149	545.270	468.276	528.855
ITAIPÚ	54.267	56.704	-	-	-	-
PROINFA	5.064	4.526	-	-	-	-
Outras Fontes de Energia	42.947	27.817	-	-	-	-
Total	216.343	223.337	467.149	545.270	468.276	528.855

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

f) Outras despesas

	31/12/2017	31/12/2016
Seguros	35	20
Tributos e contribuições Municipais, Estaduais e Federais e taxas diversas	69	132
Doações, contribuições e subvenções	121	85
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	21	27
Recuperação de despesas e recuperação de materiais de manutenção aplicados na rede de distribuição de energia (a)	(208)	(1.893)
Provisão para causas cíveis	51	493
Provisão para causas trabalhistas	(680)	250
Consumo próprio de energia elétrica	42	49
Assinaturas de livros, revistas e informativos fiscais	7	3
Pesquisa da satisfação do consumidor	-	-
Danos elétricos pagos aos consumidores	131	139
Conselho de Consumidores	2	12
Desativação de redes	329	-
Outras despesas	599	636
	518	(47)

(a) Recuperação de despesas e recuperação de materiais de manutenção aplicados na rede de distribuição de energia, que não constitui uma Unidade de Cadastro - UC, conforme determina o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Portaria DNAEE n.º 815 de 30 de novembro de 1994.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

25. Resultado financeiro

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Acréscimo moratório de venda de energia	691	705
Variações monetárias	670	556
	<u>1.361</u>	<u>1.261</u>
Variações monetárias e cambiais	(1.103)	(1.435)
Encargos de dívidas	(40)	(319)
Juros passivos	(1.167)	(1.499)
Total	<u>(2.310)</u>	<u>(3.253)</u>
Total Líquido	<u>(949)</u>	<u>(1.992)</u>

26. Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

a) Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias (provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisão para litígios, efeitos das diferenças entre contabilidade societária e regulatória), cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
CSLL Diferido	622	776	89	183
IRPJ Diferido	1.441	1.868	249	508
	<u>2.063</u>	<u>2.644</u>	<u>338</u>	<u>691</u>

Foram excluídos na apuração das bases de cálculo dos tributos diferidos na contabilidade regulatória, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios) e ICPC 01 (Contratos de Concessão).

Os referidos créditos fiscais estão reconhecidos, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

A Companhia submeteu para aprovação o estudo técnico de viabilidade de

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

realização dos créditos tributários. As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento.

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

b) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)	2.537	2.537	(44)	(44)
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	634	228	(11)	(4)
Adições/Exclusões:				
_ Provisão para contingências	(157)	(57)	(41)	(15)
_ Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5	2	(6)	(2)
_ Outras	-	-	1	-
Compensações de créditos acumulados IRPJ e CSLL diferidos constituídos	-	-	-	-
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício	(152)	(55)	(46)	(17)
Ativo fiscal diferido	(85)	(30)	(237)	(86)
	(322)		(386)	

27. Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo às devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

A administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio. O critério de avaliação é pelo valor justo e por meio do resultado:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2.930	2.930	396	396
Investimentos de curto prazo	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	18.464	18.464	10.292	10.292
Depósitos judiciais	29.531	29.531	27.626	27.626
Passivos financeiros				
Fornecedores	6.991	6.991	6.656	6.656
Empréstimos e financiamentos	1.903	1.903	5.669	5.669

a. Política de utilização de derivativos

A Companhia utiliza operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras.

b. Valor justo dos ativos financeiros

Os saldos contábeis compreendem aos valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 e não saldos que apresentem diferenças entre o valor contábil e de mercado dos ativos e passivos:

- **Investimentos de curto prazo** – são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é 1.
- **Contas a receber de clientes** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- **Ativo financeiro de concessão** – são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. A hierarquia de valor justo do ativo financeiro de concessão é 2.
- **Fornecedores** – Decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

- **Empréstimos e financiamentos** – os empréstimos e financiamentos tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados.
- **Derivativos** – são classificados como instrumentos derivativos e têm como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da Companhia são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexados ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco.

d. Fatores de risco

- **Risco de crédito** - Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de contas a receber de clientes constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia, a Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de rating. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.
- **Risco de liquidez** - O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota nº 18. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

- **Riscos de mercado** – Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas ou taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado serão renegociados.
- **Risco Cambial** – Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente não há exposição ao câmbio em sua dívida.
- **Risco de vencimento antecipado** - A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos que requerem o cumprimento de covenants.
- **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros** - As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia.
- **Risco de Escassez de Energia** - O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita, mas não comprometeria o resultado da empresa na mesma proporção.

e. Gestão do capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

A Administração da Companhia estabelece e acompanha as diretrizes de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazos dos financiamentos contratados.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

28. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

<u>Energia Contratada</u>	<u>Vigência</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>Após 2020</u>
Icomercializ.	2014 a 2032	353.160	376.680	394.200	420.480	438.000

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCVEE, e foram homologados pela ANEEL.

Adicionalmente, a Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL.

A Companhia também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL.

28.1 – Eventos Subsequentes

O contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado entre Iguazu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda e Iguazu Comercializadora de Energia Elétrica Ltda, firmado em 16 de junho de 2011 com vigência de 1º de agosto de 2011 a 31 de julho de 2035, ficará CEDIDO a empresa Focus Energia Ltda a partir de 1º de janeiro de 2018 mantendo a vigência até 31 de julho de 2035. O referido Termo de Cessão do contrato de compra e venda de energia elétrica deverá ter a devida anuência aprovada através de Despacho pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

29. Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros,

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Ramo do Seguro	Vencimento das Apólices	Importância Segurada	Prêmio Total
Veículos (a)	20/08/2018	100% Fipe	41

(a) 37 veículos próprios segurados, conforme apólices.

30. Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

O Ativo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – VA destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais 25 e 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Selic.

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade e as Normas Contábeis adotadas no Brasil, a Companhia reverteu em 2010 integralmente os saldos dos ativos e passivos regulatórios.

A partir de 15 de dezembro de 2015, com a assinatura do aditivo ao contrato de concessão da Companhia, o qual visou eliminar possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas da CVA e de outros componentes financeiros e com base no OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos Relatórios Contábil-financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.

Caso os ativos e passivos regulatórios não tivessem sido revertidos, a Companhia teria registrado em suas demonstrações contábeis de 2016 os seguintes saldos de ativos e passivos regulatórios, bem como, que os saldos registrados em 31 de dezembro de 2017 são a seguir apresentados:

Ativo	2017		2016	
	DELTA	SELIC	DELTA	SELIC
Reajuste tarifário de 2016 em compensação				
Programa de incent.a fontes alternativas de energia-CVA Proinfra	53	3	247	9
Custos de energia elétrica comprada para revenda - CVA energ.	-	-	87	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu Binacional	17	1	14	1
Transporte de energia pela rede básica	21	2	26	1
	91	6	374	11

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

Variação capturada para reajuste tarifário em 2017

Custos de energia elétrica comprada para revenda - CVA energ.	5.736	402	-	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu Binacional	179	15	12	2
Transporte de energia pela rede básica	37	3	26	3
	5.952	420	38	5
	6.043	426	413	16

Passivo

	2017		2016	
	DELTA	SELIC	DELTA	SELIC
Reajuste tarifário de 2016 em compensação				
Conta de desenvolvimento energético - CVA CDE	1.034	76	154	7
Custos de energia elétrica comprada para revenda - CVA energ.	145	18	-	-
Encargo de uso do sistema - CVA ESS	1.633	102	331	15
	2.812	196	485	22

Variação capturada para reajuste tarifário em 2017

Encargo de uso do sistema - CVA ESS	437	39	904	122
Progr.de incentivo a fontes alternativas de energia-CVA Proinfa	6	-	-	-
Custos de energia elétrica comprada para revenda - CVA energ.	-	-	323	44
Encargo de uso do sistema - CVA ESS	1.950	146	233	19
Neutralidade da Parcela A	1.004	-	634	-
Devoluções Tarifárias – Receitas de Ultrapassagem	1.370	-	-	-
	4.767	185	2.094	185
	7.579	381	2.579	207

31. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias. De acordo com o Despacho de Encerramento N°3.371 de 22 de dezembro de 2016, item 6, sub-item 27, as Obrigações Especiais serão apresentadas como passivo, e não como redutora do ativo.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

Ativo	2017			2016		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	2.930	-	2.930	396	-	396
Investimentos de curto prazo	-	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	18.464	-	18.464	10.292	-	10.292
Impostos e contribuições a recuperar	7	-	7	14	-	14
Estoque	548	-	548	618	-	618
Serviços pedidos em curso	120	-	120	41	-	41
Adiantamento a fornecedores	867	-	867	2.546	-	2.546
Exposição involuntária	536	-	536	1.752	-	1.752
Outros créditos a receber	215	-	215	127	-	127
Total do ativo circulante	23.687	-	23.687	15.786	-	15.786
Ativo não circulante						
Realizável a Longo Prazo						
Depósitos judiciais	29.531	-	29.531	27.626	-	27.626
Impostos e contrib. a recuperar	10	-	10	10	-	10
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.064	-	2.064	2.644	-	2.644
Ativo financeiro da concessão	5.370	(5.370)	-	27	(27)	-
Imobilizado	-	48.989	48.989	-	49.217	49.217
Intangível	23.936	(23.899)	37	26.759	(26.694)	65
Total do ativo não circulante	60.911	19.720	80.631	57.066	22.496	79.562
Total do ativo	84.598	19.720	104.318	72.582	22.496	95.348

Passivo e Patrimônio Líquido	2017			2016		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Circulante						
Fornecedores	6.991	-	6.991	7.518	-	7.518
Empréstimos e financiamentos	870	-	870	3.488	-	3.488
Folha de pagamento	475	-	475	839	-	839
Impostos e contrib. a recolher	11.362	-	11.362	8.305	-	8.305
Dividendos e JSCP	86	-	86	86	-	86
Obrigações Estimadas	1.732	-	1.732	1.329	-	1.329
Encargos do Consumidor	5.357	-	5.357	3.196	-	3.196
Passivos financeiros setoriais	7.961	-	7.961	2.786	-	2.786
Outras contas a pagar	670	-	670	846	-	846
Total do passivo circulante	35.504	-	35.504	28.388	-	28.388

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos	1.033	-	1.033	2.181	-	2.181
Impostos e Contrib. a Recolher	2.516	-	2.516	-	-	-
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	32.927	-	32.927	31.616	-	31.616
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.464	(3.126)	338	3.816	(3.125)	691
Obrig.Vincul.a Conces.e Perm.Serv.Públ. Ener. Elét.	-	26.124	26.124	-	28.900	28.900
Outras contas a pagar	29	-	29	32	-	32
Total do Passivo não circulante	39.969	22.998	62.967	37.645	25.775	63.420
Patrimônio Líquido						
Capital social	6.388	-	6.388	5.888	-	5.888
Reservas de lucros	1.743	(1.286)	457	1.743	(1.286)	457
Reserva de avaliação patrim.	-	1.897	1.897	-	1.897	1.897
Recursos Dest. Aum. De Capital	200	-	200	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados.	794	(3.889)	(3.095)	(812)	(3.890)	(4.702)
Total do Patrimônio Líquido	9.125	(3.278)	5.847	6.819	(3.279)	3.540
Total do passivo e patrimônio Líquido	84.598	(19.720)	104.318	72.852	(22.496)	95.348

	2017			2016		
	Societário	Ajustes CPC's	Regulatório	Societário	Ajustes CPC's	Regulatório
Receita operacional líquida	75.231	(4.808)	70.423	59.884	(5.863)	54.021
Custos/Despesas Operacionais						
Energia elétrica comprada para revenda	(27.664)	(4.809)	(32.473)	(11.595)	-	(11.595)
Custo de construção	(4.809)	4.809	-	(5.863)	-	(5.863)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(18.794)	-	(18.794)	(20.268)	-	(20.268)
Pessoal	(13.518)	-	(13.518)	(12.933)	-	(12.933)
Material	(1.276)	-	(1.276)	(1.455)	-	(1.455)
Serviços de terceiros	(2.800)	-	(2.800)	(3.385)	-	(3.385)
Depreciação e amortização	(1.628)	-	(1.628)	(1.338)	-	(1.338)
Arrendamentos e alugueis	(738)	-	(738)	(731)	-	(731)
Outros	(518)	-	(518)	(368)	-	(368)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	3.486	-	3.486	1.948	-	1.948
Resultado Financeiro	(949)	-	(949)	(1.992)	-	(1.992)
Receitas financeiras	(2.310)	-	(2.310)	(3.253)	-	(3.253)
Despesas financeiras	1.361	-	1.361	1.261	-	1.261
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.537	-	2.537	(44)	-	(44)

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

Imposto de Renda e Contribuição Social	(931)	-	(931)	(371)	-	(371)
Corrente	(703)	-	(703)	(48)	-	(48)
Diferido	(228)	-	(228)	(323)	-	(323)
Lucro (prejuízo) do exercício	1.606	-	1.606	(415)	-	(415)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

31.1. Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização) e atualizações dos saldos pela aplicação de premissas conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica detido pela Companhia está enquadrado nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade de concessões e dos investimentos em infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final da concessão.

Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios referente ao cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

31.2. Imobilizado / Intangível / Obrigações Vinculadas à Concessão

Os ajustes são decorrentes das diferenças identificadas entre o ativo imobilizado societário e regulatório são decorrentes da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 e OCPC 05 – Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado, intangível e obrigações especiais foi bifurcado em ativo intangível e financeiro.

31.2.1. Reavaliação compulsória

O ativo imobilizado está registrado com base na reavaliação regulatória compulsória, conforme definido nos artigos 3º e 6º da Resolução Normativa ANEEL nº 396, de 23 de fevereiro de 2010, com vigência para o exercício de 2011, apurada pelo Valor Novo de Reposição (VNR) na data base julho de 2012, em contrapartida à rubrica de reserva de avaliação patrimonial. As aquisições posteriores a data base da reavaliação, estão registradas ao custo de aquisição, formação ou construção,

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 367/2009, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor de recuperação. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

31.2.2. Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina Resolução ANEEL nº. 367/2009. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999, e art. 9º da Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009.

Os ajustes são decorrentes das formas de reconhecimento nos saldos societários pela aplicação do ICPC 01 como Direito de Uso da Concessão/Ativo Financeiro e regulatório pela Resolução Normativa ANEEL nº 396, como Ativo Imobilizado, Intangível e Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão.

31.3 Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes de receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

31.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Os ajustes são decorrentes das variações anuais da atualização a valor justo nos anos em que não há revisão tarifária é capturada através da aplicação ao ativo financeiro da variação do IPCA, considerado pela Companhia como a melhor estimativa dessa variação, cuja contrapartida é registrada no resultado operacional do exercício.

31.5. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01) (resultado)

Os ajustes são decorrentes da capitalização de gastos como ativos com aderência às disposições contidas no CPC 27 e CPC 04, que estabelecem os critérios de reconhecimento de ativo imobilizado e intangível, respectivamente.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

31.6. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os ajustes são decorrentes do registro de tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias entre as contabilizações societárias e regulatórias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

31.7. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Societário	9.125	6.819
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Reavaliação regulatória compulsória	(183)	1.423
Prejuízo acumulado regulatório	(3.095)	(4.702)
Regulatório	5.847	3.540

Reavaliação regulatória compulsória – montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária anterior a data de entrada em vigor desta Resolução e dos ciclos seguintes, a débito e a crédito das contas do Ativo Imobilizado e Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), respectivamente, em contrapartida da conta do Patrimônio Líquido - Reserva de Reavaliação.

Prejuízo acumulado – efeito dos encerramentos dos exercícios, onde a destinação de lucro na contabilidade societária supera a contabilidade regulatória e efeitos da parcela da reavaliação regulatória compulsória contabilizada diretamente em lucros acumulados.

31.8. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	1.607	(415)
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	(6)
Depreciação da reavaliação regulatória compulsória	-	(23)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	29
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	1.607	(415)

Considerando a renovação de contrato e revisão tarifária, em 2017 houve a harmonização das contabilizações regulatórias e societárias para a Companhia, assim, houve reclassificações e classificações em linhas de contas de resultado, mas sem efeitos líquidos de diferenças de práticas contábeis.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) - o efeito é decorrente do cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão. Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

Ativos e passivos financeiros setoriais - o efeito é decorrente do reconhecimento do valor acumulado na contabilidade societária, em 2017, dos ativos e passivos regulatórios, definidos como mecanismos de reposição de perdas e ganhos incorridos pelas empresas e englobam as variações positivas e negativas entre custos incorridos pelas distribuidoras e os custos estabelecidos no último reajuste tarifário anual.

Depreciação – reavaliação regulatória compulsória - o efeito é decorrente da depreciação calculada pelo método linear, sobre os respectivos bens reavaliados registrados com base na reavaliação regulatória compulsória, conforme definido nos artigos 3º e 6º da Resolução Normativa ANEEL nº 396, de 23 de fevereiro de 2010, com vigência para o exercício de 2011, apurada pelo Valor Novo de Reposição (VNR) na data base abril de 2013, em contrapartida à rubrica de reserva de avaliação patrimonial.

Capitalizações líquidas - o efeito é decorrente da capitalização de gastos como ativos com aderência às disposições contidas no CPC 27 e CPC 04, que estabelecem os critérios de reconhecimento de ativo imobilizado e intangível, respectivamente.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Xanxerê, 31 de março de 2018

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, decorrentes dos trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, sujeita-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Atenciosamente,

Joaquim Salles Leite Filho

Diretor Presidente
CPF: 066.889.328-00

Antonio Claudio Baldissera

Diretor
CPF: 219.767.759-49

Ana Paula Torres

Diretora
CPF: 248.659.378-03

Wagner Luiz Teles

Contador
CPF 607.476.769-68
CRC 1SC16365

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:

....

X - fornecer informação falsa à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO 2017 REGULATÓRIO

1 – MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

1.1 – SENHORES QUOTISTAS

A Administração da Iguazu Energia tem a satisfação de submeter à apreciação de todos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social, findo em 31 de dezembro de 2017.

O presente relatório demonstra um extrato das principais atividades desenvolvidas no ano de 2017, a capacidade técnica e administrativa da empresa, o valor de seu acervo e de seu quadro de pessoal, empreendendo esforços para garantir um fornecimento de energia elétrica, seguro e confiável, com índices de qualidade satisfatórios, mantendo uma política administrativa de austeridade.

1.2 – SISTEMA DA GARANTIA DA QUALIDADE

No ano de 2017 a Iguazu Energia manteve sua política da qualidade e aprimoramento da mesma, buscando sempre o apoio e valorizando as sugestões dos seus colaboradores, tendo como prioridade sua divulgação e a satisfação de seus clientes.

Foi através do esforço, dedicação e rapidez no atendimento aos nossos consumidores, que conseguimos alcançar êxito.

1.2.1 – DAS CONCESSÕES

Em 28 de junho de 1999 a Hidrelétrica Xanxerê Ltda, hoje Iguazu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda, assinou o Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica Nº 50/99, que regulamenta a exploração dos Serviços de Distribuição de Energia Elétrica. A referida Concessão e o Contrato têm prazo de vigência até 07 de julho de 2015, que poderá ser prorrogado, desde que solicitado com antecedência de 36 meses, o que ocorreu.

Entretanto, em razão de legislação superveniente (MP 579/12) aderiu-se, às suas disposições e consequentemente, seu pedido de prorrogação da concessão pelo prazo de até 30 anos assegurado, a partir de julho de 2015. As condições da prorrogação só serão conhecidas quando o Poder Concedente divulgar a minuta do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

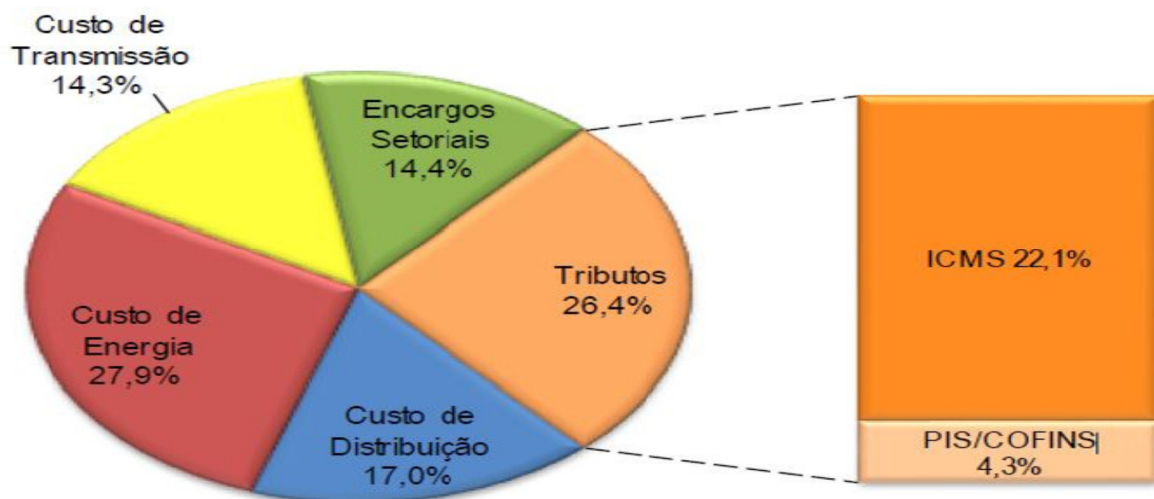
A redução das tarifas em função da MP nº 579 não se espera que possa trazer impactos relevantes para o segmento de distribuição, tendo em vista que as alterações não gerenciáveis pela empresa, tais como, transporte de energia, encargos setoriais que são totalmente repassados aos consumidores por meio da tarifa.

1.3 – TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA

O Contrato de Concessão da Iguazu Energia estabelece um reajuste anual para as tarifas de energia elétrica da empresa e a revisão nas tarifas, a cada 04 anos. A partir do dia 29 de agosto de 2017, através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.296 de 29 de agosto de 2017, as tarifas de fornecimento de energia elétrica da **IGUAÇU ENERGIA**, foram reajustadas pelo índice de reajuste tarifário anual médio de 7,17 (sete virgula sete por cento), sendo a percepção média pelos consumidores conectados em alta tensão (AT) de 7,31% e pelos consumidores de baixa tensão (BT) de 7,10%.

1.3.1 – COMPOSIÇÃO DA TARIFA DE ENERGIA

A tabela abaixo demonstra a participação de cada segmento na composição da receita da Iguazu Energia, ou seja, quanto de cada conta de energia elétrica se destina aos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aí inclusos os custos de operação e manutenção (O&M), a depreciação dos ativos e a remuneração do capital investido, bem como se destina ao pagamento dos encargos setoriais e dos tributos. Apenas os tributos incidentes diretamente sobre o valor faturado pela concessionária foram considerados, tendo sido utilizados médias nominais de **22,10%** para o ICMS, de **4,30%** para o PIS e COFINS, totalizando estes tributos um cálculo por dentro de **32,90%**, incidentes sobre a fatura contendo os tributos em sua base de cálculo, conforme estabelecido na legislação pertinente.



27,9 %	Custo de Energia
14,3 %	Custo de Transmissão
17,0 %	Custo de Distribuição - É gasto com pagamento do salários, encargos sociais, plano de saúde para os empregados, manutenção de redes e subestação de distribuição, investimentos em novas redes de distribuição, novas tecnologias, pesquisa e desenvolvimento, eficiência energética, infra-estrutura, programas sociais, treinamentos, pagamentos de impostos e remuneração dos investimentos.

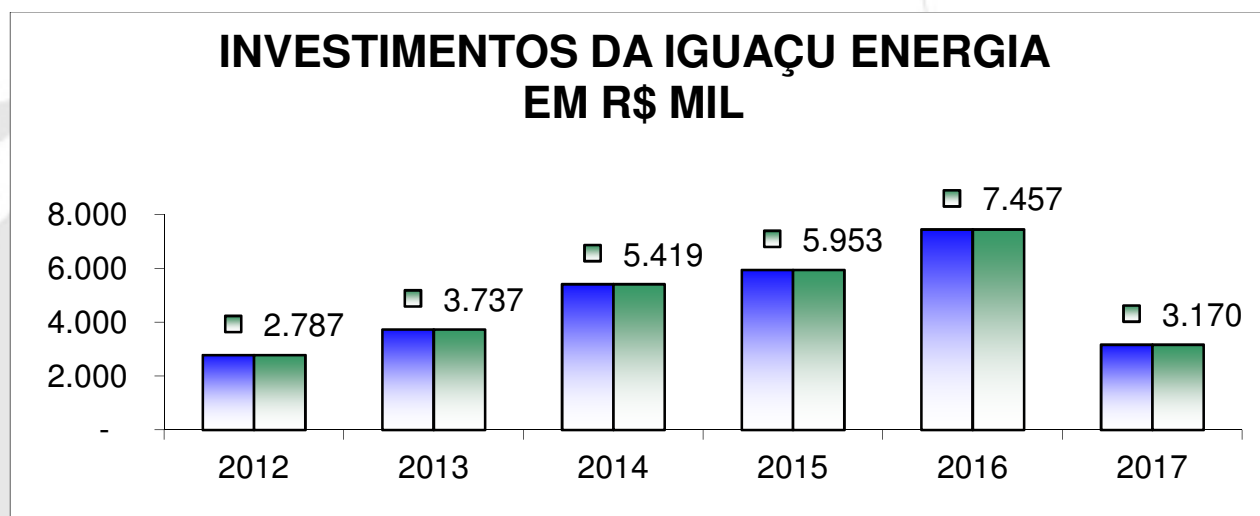
14,4 %	Encargos Setoriais
22,1 %	ICMS
4,3 %	PIS / COFINS

1.4 - OBRAS NO SISTEMA ELÉTRICO

No ano de 2017, a Iguaçu Energia executou as obras de maior prioridade, atendendo as solicitações do mercado bem como os trabalhos de manutenção preventiva do sistema elétrico. A Iguaçu Energia executou seu programa de obras atendendo plenamente as solicitações do mercado de energia elétrica, realizando investimentos de R\$ 3.170.069,69 proporcionando um fornecimento de energia elétrica em condições técnicas excelentes com elevados padrões de qualidade, confiabilidade e segurança, nos municípios de sua área de concessão, apesar da redução que a ANEEL está obrigando a empresa a fazer, tanto na quantidade de pessoas quanto na quantidade de veículos.

Os investimentos aplicados em 2017 que totalizaram o valor de R\$ 3.170.069,69 foram imobilizados nas áreas a seguir:

Linhas e Redes	R\$:	2.619.429,22
Linhas e Redes Programa Luz para Todos	R\$:	0,00
Veículos	R\$:	55.104,44
Medidores	R\$:	463.235,07
Tecnologia da Informação e Comunicação	R\$:	0,00
Outros	R\$:	32.300,96
Total	R\$:	3.170.069,69



1.5 - BASE DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA

As Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia elétrica estão apresentadas como redução do ativo imobilizado, de acordo com o item 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26/10/2001. Representam os valores da União, Estados e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O Despacho de encerramento nº 4.991, de 29 de dezembro de 2011, estabeleceu procedimentos contábeis para a elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis Regulatórias do Exercício de 2011. Dentre os assuntos abordados no documento estão as receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos. As orientações contidas no Despacho baseiam-se na metodologia aprovada para o 3º ciclo de Revisão tarifária, especificamente em relação ao Submódulo 2.7 Outras Receitas, homologado pela Resolução nº 463, de 22 de novembro de 2011. De acordo com a metodologia as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, deverão ser contabilizadas como Obrigações Especiais. O Despacho 4.991/2012 estabeleceu que os valores fossem transferidos para as Obrigações Especiais a partir da revisão tarifária do 3º ciclo. A Resolução 457/2011 estabeleceu no subitem 3.1.1. Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo do Submódulo 2.7 Outras Receitas do PRORET que: “ As Receitas Auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, **a partir da data contratual de revisão tarifária referente ao 3CRPT (terceiro Ciclo de Revisão Tarifária Periódica)**, deverão ser contabilizadas como Obrigações Especiais, em subconta específica que não será amortizada”.

O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para a concessão de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

1.6 – UNIVERSALIZAÇÃO

A Iguaçu Energia vem executando em sua área de concessão o Programa de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “Luz para Todos” direcionado especificamente para consumidores de baixa renda localizados na área rural e área indígena. Este programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela ELETROBRÁS, tendo como objetivo promover a melhoria das condições socioeconômicas das áreas rurais do país. O Projeto estimado é para atendimento de 1.577 domicílios, sendo que até 31 de dezembro de 2017 já foram atendidos 1.470 domicílios.

1.7 - DISTRIBUIÇÃO, LINHAS E REDES:

A posição no Sistema de Distribuição de Energia Elétrica em 2017 é a seguinte:

TOTAL			
MATERIAIS	ÁREA URBANA	ÁREA RURAL	TOTAL
Postes	12.698	16.814	29.512
Extensão RD (Km)	471,50	1.530,41	2.001,91
Trafos (Potência) Kva	54.260,00	47,682,50	104.942,50
Quantidade de Trafos	731	2.257	2.988

1.8 - MEDIÇÃO

No ano de 2017 foram adquiridos 1.852 medidores. Estes materiais proporcionaram manter o sistema elétrico com boa qualidade técnica e, enfrentar o crescimento social e econômico atendendo a todas exigências do mercado de energia elétrica na área de concessão da Iguazu Energia.

2 - DIRETRIZES TÉCNICAS

2.1 - Aprimorar a prestação do serviço público de energia elétrica em quantidade e qualidade requeridas pelo mercado.

2.2 - Promover o desenvolvimento e progresso dos municípios de sua área de concessão.

2.3 - Promover a constante valorização dos recursos humanos.

2.4 - Capacitar a Iguazu Energia para enfrentar as dificuldades provenientes da escassez de energia elétrica prevista para os próximos anos.

2.5 - Participar ativamente da sociedade, estreitando os laços de amizade na comunidade, elevando a imagem da Iguazu Energia.

3 - QUALIDADE DA ENERGIA ELÉTRICA

O índice F E C - Frequência de Interrupção por Consumidor - exprime o número de interrupções que, em média, ocorreram em cada unidade consumidora durante o ano.

O índice D E C - Duração de Interrupções por Consumidor - exprime o espaço de tempo (horas) que, em média, cada unidade consumidora ficou sem energia elétrica durante o ano.

APRESENTAMOS A SEGUIR OS ÍNDICES DEC E FEC DA EMPRESA:

ÍNDICES	2013		2014		2015		2016		2017	
	DEC	FEC	DEC	FEC	DEC	FEC	DEC	FEC	DEC	FEC
Iguaçu Energia	15,89	14,55	15,70	9,99	9,99	20,56	15,70	20,81	11,12	9,38

Em 2017, a ANEEL estabeleceu as metas para a Iguaçu Energia de DEC= 11 e FEC = 10.

Diversas ocorrências de origem externa contribuíram para que não pudéssemos cumprir as metas estabelecidas.

Incidências de vegetação na rede devidos aos plantios de árvores próximas.

Temporais na região que ocasionaram desligamentos gerais e isolados.

Em 2017 o Centro de Teleatendimento - CTA, da Iguaçu Energia, proporcionou atendimento ao consumidor durante as 24 horas do dia, manteve um bom desempenho registrando 27.884 atendimentos (informações, reclamações e serviços).

Este Centro comanda e supervisiona todas as operações da distribuição da área de concessão da Iguaçu Energia, especialmente nas manutenções de emergências, conseguindo uma grande redução no tempo de correção do defeito com maior qualidade e segurança.

O Tempo Médio de Atendimento de Ocorrências = TMA que afere o tempo médio despendido para restabelecer o fornecimento de energia elétrica aos consumidores, apresentou os seguintes tempos:

Intervalo de tempo (minutos)	Nº de ocorrências
131,34	4.528

Destacamos que a Iguaçu Energia alcançou um fornecimento de energia elétrica com qualidade e segurança, devido aos investimentos efetuados no ano de 2017, e a busca constante da qualidade de atendimento.

Em continuidade ao aperfeiçoamento do Centro de Operação da Distribuição – COD a IGUAÇU ENERGIA conta com o sistema MIG da empresa USEALL. O MIG é um sistema desenvolvido para suportar todos os processos de redes de distribuição de energia elétrica incluindo o planejamento, projeto, construção e operação e vem dando uma nova dimensão ao atendimento técnico com as seguintes funções principais:

- Determinação do provável ponto de defeito ou falha na rede elétrica.
- Call Center Técnico.
- Visualização das áreas sem energia no sistema elétrico.
- Localização automática dos consumidores com imediata visualização. DEC/FEC - índices, de qualidade e confiabilidade.
- Cálculos elétricos da rede primária.
- Integração com o Sistema de Controle Patrimonial, visando o perfeito controle e apresentação do Relatório de Controle Patrimonial – RCP.

3.1 - SISTEMA INTERLIGADO

A Iguaçu Energia recebe a energia elétrica gerada pelo sistema interligado, estando conectada eletricamente aos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, formando a Região Sul. No Estado de Santa Catarina o município de Xanxerê é privilegiado, pois é onde se localiza um dos mais fortes pontos de conexão entre o sistema de distribuição com o sistema de transmissão interligado. A maior parte da energia elétrica fornecida para a região Oeste de Santa Catarina é transmitida a partir de Xanxerê.

3.2 - MEDIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

3.2.1 - COMBATE AS IRREGULARIDADES NA MEDIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Sempre mantendo o foco no combate as irregularidades, em 2017, foram encontradas apenas 12 ocorrências que representavam furto de energia.

3.2.2 - AFERIÇÃO DE MEDIDORES

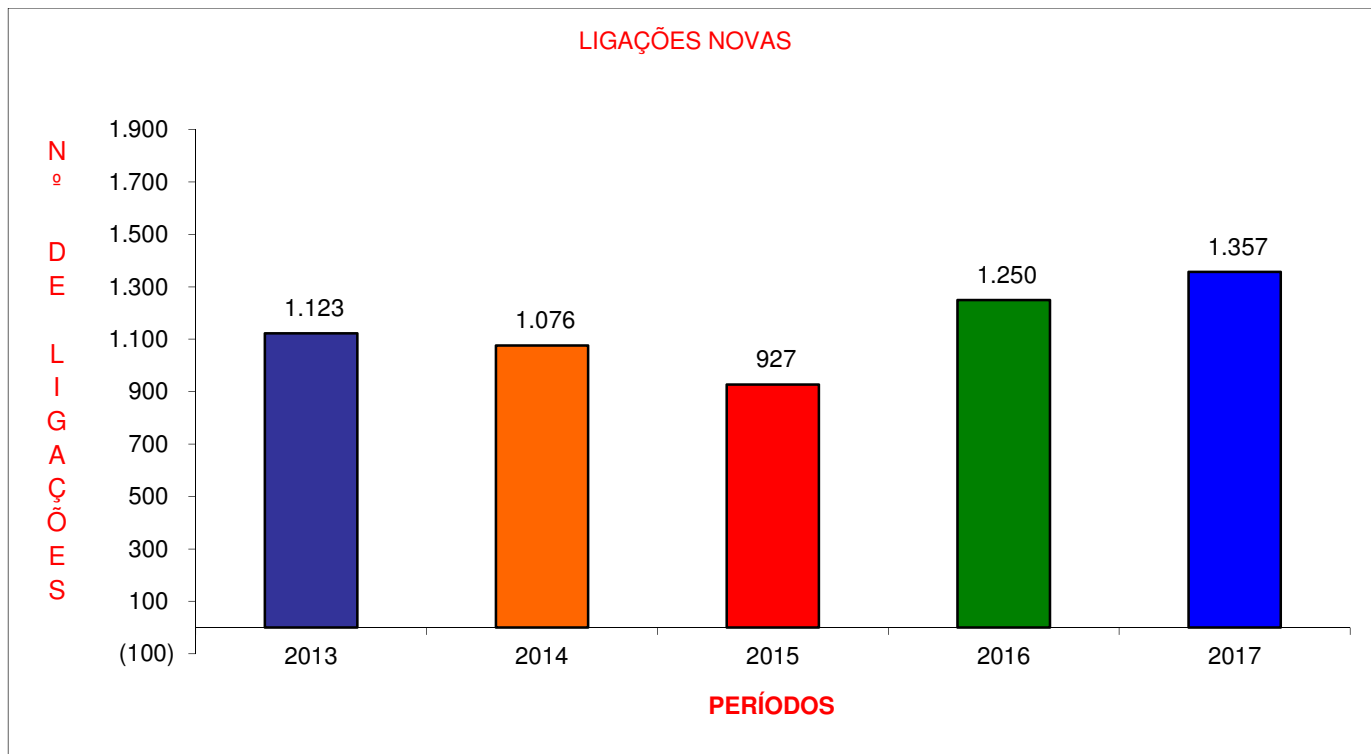
Em 2017 foram aferidos 3.954 Medidores de Energia Elétrica, buscando o acompanhamento e monitoramento das medições efetuadas na área de concessão da Iguaçu Energia.

3.2.3 - VISTORIAS DE UNIDADES CONSUMIDORAS

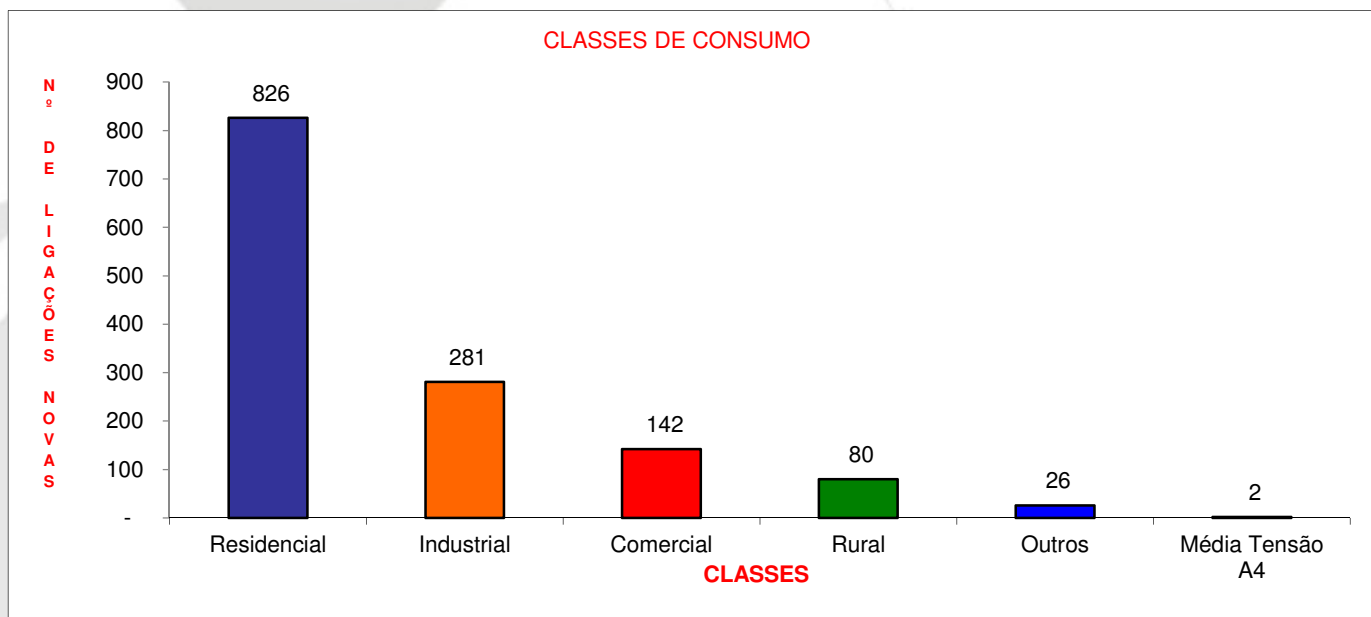
Em 2017 foram vistoriadas 1.936 unidades consumidoras, sendo ligações novas, reformas, alteração de fases e também unidades consumidoras já energizadas.

3.2.4 – LIGAÇÕES NOVAS

A IGUAÇU ENERGIA, durante o ano de 2017, energizou 826 unidades consumidoras classificadas como residencial, 281 unidades na classe industrial, 142 ligações classificadas como comercial, 80 ligações rurais, 25 unidades cadastradas como poder público, 1 unidade como serviço público e não foram energizadas unidades consumidoras na classificação consumo próprio, totalizando 1.355 ligações novas no grupo baixa tensão. Foram energizadas também 2 unidades consumidoras na classe Média Tensão. Sendo assim, em 2017 foram energizadas 1.357 unidades consumidoras.

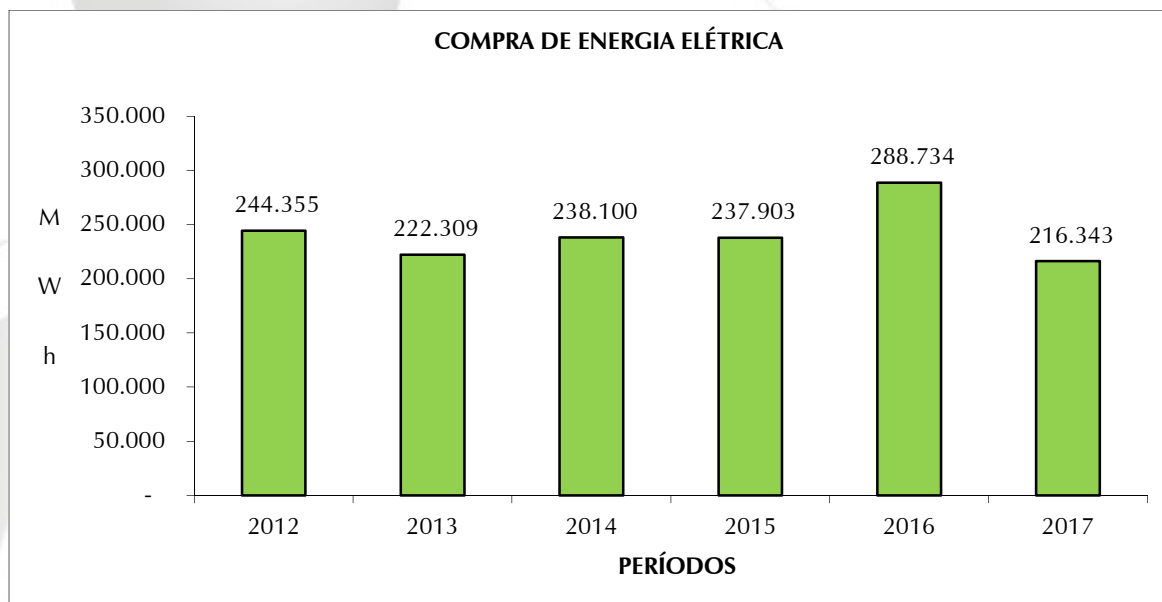
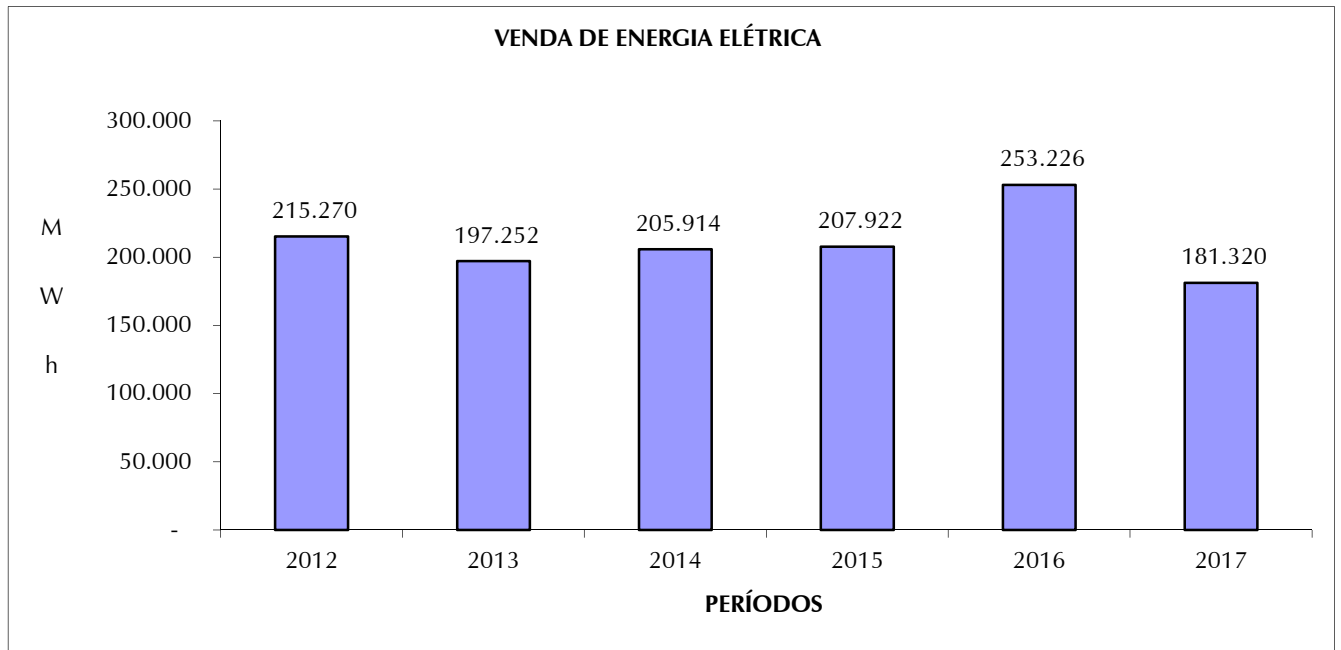


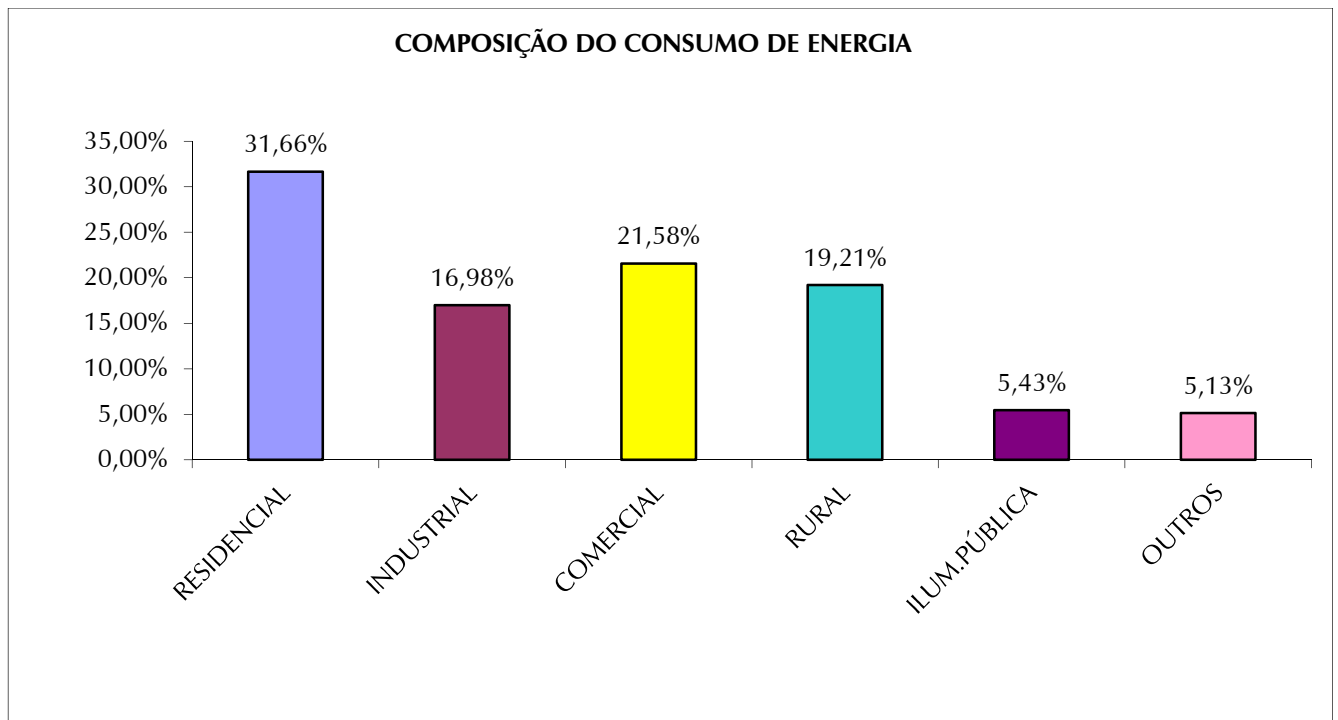
As ligações novas efetuadas no ano de 2017 estão distribuídas em todas as classes com o seguinte perfil:



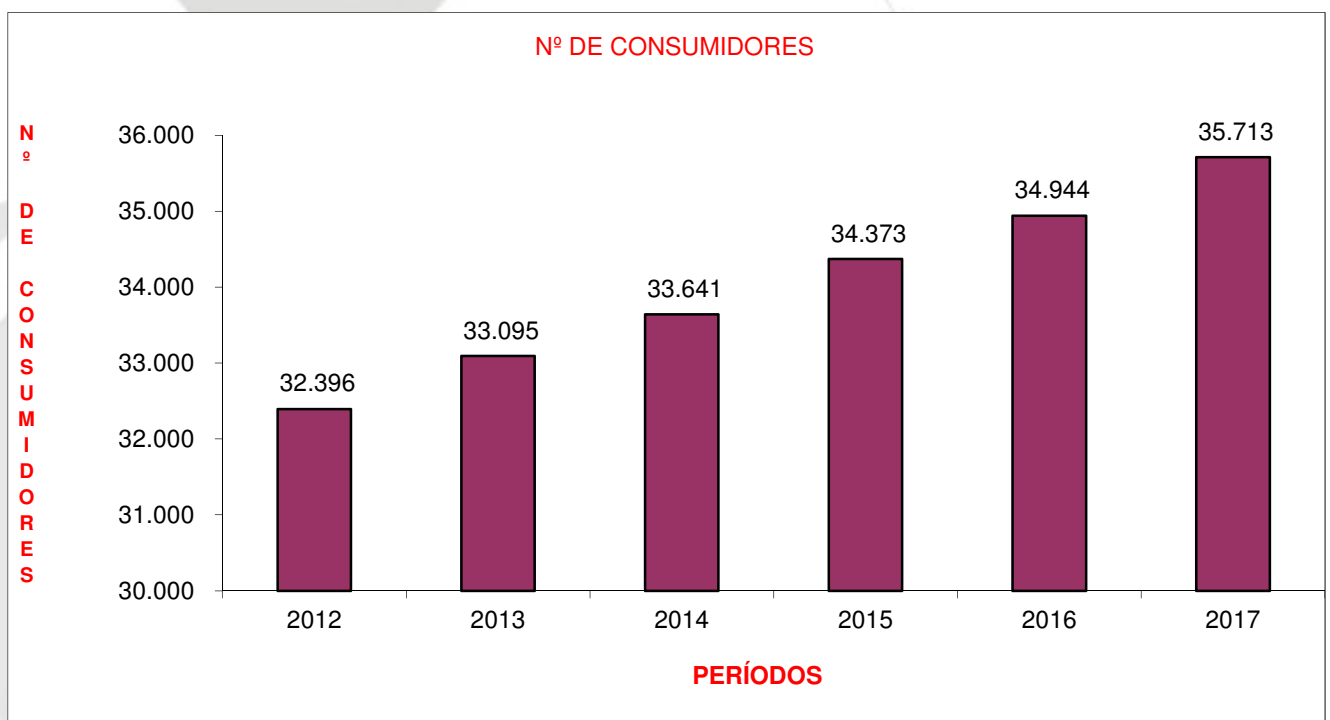
4 - MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Iguaçu Energia manteve em 2017, a qualidade dos serviços realizando diversos investimentos em seu Sistema Elétrico.

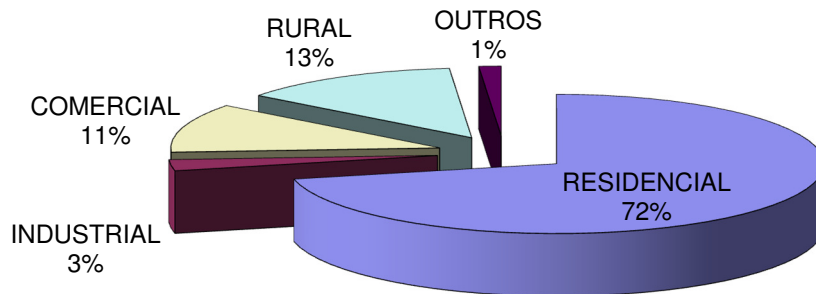




Foram incorporados ao mercado 769 novos consumidores, totalizando no final do ano **35.713**, com um acréscimo de 2,20% em relação ao ano de 2016.

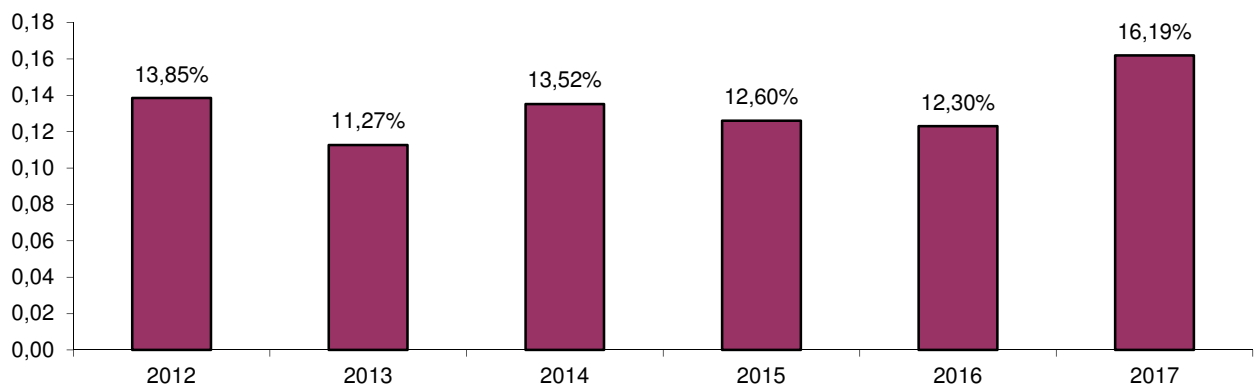


COMPOSIÇÃO DOS CONSUMIDORES



As perdas de energia elétrica, definida pela diferença entre a energia requerida e a energia vendida, foram de 35.023 MWh, representando um percentual de 16,19%, demonstrando os efeitos dos investimentos feitos pela Iguaçu Energia em busca da qualidade.

PERDAS



4.1 - DADOS GERAIS DO CONSUMO

A Iguazu Energia atende aos municípios de Xanxerê, Xaxim, Marema, Lajeado Grande, Entre Rios e parte de Bom Jesus e Ipuçu, totalizando a área de 1.252 km², com uma população estimada de 80.000 habitantes.

ENERGIA ELÉTRICA TOTAL		
ANO	KWh/Habitante	KWh/Consumidor
2007	2.298	6.804
2008	2.333	6.668
2009	2.449	6.814
2010	2.546	6.883
2011	2.648	6.773
2012	2.691	6.645
2013	2.466	5.960
2014	2.573	6.221
2015	2.599	6.049
2016	2.370	5.427
2017	2.266	5.077

4.2 - RECURSOS HUMANOS

O número de empregados da Iguazu Energia em Dezembro de 2017 é de 116. A seguir, apresentamos os índices de Consumidor e Consumo, por Empregado.

ANO	NÚMERO DE EMPREGADOS	VARIÇÃO	ÍNDICES	
			Nº Cons/Empr.	MWh/Empr.
2007	122	5,17%	221	1.506
2008	122	0,00%	228	1.530
2009	103	-15,57%	279	1.902
2010	94	-8,74%	315	2.169
2011	104	10,64%	301	2.038
2012	107	2,80%	303	2.284
2013	113	5,61%	222	1.176
2014	115	1,77%	292	1.016
2015	123	6,50%	279	1.690
2016	117	-4,88%	299	1.621
2017	116	-0,86%	308	1.563

5 - Cumpre destacar, ocorrência de fatos totalmente imprevisíveis, com sentidos reflexos, ao desempenho de nossas atividades, neste ano:

5.1 – PRORROGAÇÃO DA CONCESSÃO

Manifestamos formalmente, em 05 de julho de 2012 pela prorrogação da concessão assegurada, nos termos da Subcláusula PRIMEIRA, da Cláusula TERCEIRA, do contrato de Concessão nº 050/199. Em decorrência da edição do Decreto 7805, de 14.09.2012, para os efeitos do §2º, do art. 2º, ratificamos o pedido de prorrogação em 09.10.2012.

O Poder Concedente deveria manifestar-se. Entretanto não o fez. Expirada a vigência do contrato de concessão nº 050/1999, em 07 de julho de 2015, permanecemos todo o segundo semestre, na incerteza ou não da sua prorrogação. Obviamente este fato, acarretou apreensões, postergação de decisões importantes sobre investimentos, e, tomada imperiosas de determinadas providências.

Somente, em 15 de dezembro assinamos o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 050/1999, prorrogando sua vigência até 07 de julho de 2045.

5.2 – INADIMPLÊNCIA

Finalmente, cumpre-nos registrar, face a conjuntura política/financeira, que atravessa o País a ELEVAÇÃO considerável do nível de INADIMPLÊNCIA para o patamar de mais de R\$ 1,743 milhões de reais.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Valores Expressos em Reais

	LEGISLAÇÃO REGULATÓRIA	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>ATIVO</u>		
<u>CIRCULANTE</u>		
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	2.929.652,11	396.144,80
Contas a Receber de Clientes.....	18.463.954,53	9.770.551,06
Impostos e Contribuições a Recuperar.....	7.079,85	13.524,21
Estoques.....	548.400,58	617.761,93
Serviços Pedidos em Curso.....	119.939,23	41.143,28
Adiantamento a Fornecedores.....	867436,23	2.545.941,02
Exposição Involuntária.....	535.782,92	1.751.908,06
Outros Créditos a Receber.....	215.052,92	648.805,18
	<u>23.687.298,37</u>	<u>15.785.779,54</u>

NÃO-CIRCULANTE

Realizável a Longo Prazo

Depósitos Judiciais.....	29.531.399,57	27.625.946,13
Impostos e Contribuições a Recuperar.....	10.001,58	9.685,62
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.....	2.063.659,02	2.644.368,04
Imobilizado.....	48.988.609,77	49.217.787,10
Intangível.....	37.417,22	65.280,43
	80.631.087,16	79.563.067,32

TOTAL DO ATIVO.....	104.318.385,53	95.348.846,86
----------------------------	-----------------------	----------------------

PASSIVO

CIRCULANTE

Fornecedores.....	6.990.582,61	7.518.312,01
Empréstimos e Financiamentos.....	869.983,23	3.487.969,06
Folha de Pagamento.....	475.358,58	426.506,20
Tributos e Contribuições Sociais a Recolher.....	11.361.688,45	8.304.844,49
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio.....	86.260,57	86.260,57
Obrigações Estimadas.....	1.732.474,20	1.736.436,29
Encargos do Consumidor.....	5.357.181,56	3.196.200,90
Outras Contas a Pagar.....	8.630.549,59	3.631.805,43
	35.504.078,79	28.388.334,95

NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e Financiamentos.....	1.033.284,03	2.180.678,00
Tributos e Contribuições Sociais a Recolher.....	2.516.424,82	0,00
Provisão para processos Cíveis, Fiscais e Trabalhistas.....	32.927.235,30	31.615.872,73
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.....	338.116,13	691.281,42
Obrigações Vinculadas a Conc.e Permis.do Serv.En.El...	26.123.940,66	28.900.450,54
Outras Contas a Pagar.....	28.524,15	32.089,66
	62.967.525,09	63.420.372,35

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social.....	6.387.636,00	5.887.764,00
Reservas de Lucros.....	457.263,95	457.263,95
Reservas de Reavaliação Patrimonial.....	1.896.915,21	1.896.915,21
Recursos Destinados a Aumento de Capital.....	199.800,63	0,00
Lucros (Prejuízos) Acumulados.....	(3.094.834,14)	(4.701.803,60)
	5.846.781,65	3.540.139,56

TOTAL DO PASSIVO.....	104.318.385,53	95.348.846,86
------------------------------	-----------------------	----------------------

CONCILIAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO E INTANGÍVEL SOCIETÁRIO COM O ATIVO IMOBILIZADO REGULATÓRIO – ICPC 01 E OCPC 05

	2017 Societário	2017 Regulatório	Conciliação	2016 Societário	2016 Regulatório	Conciliação
CIRCULANTE						
Caixa e Equivalentes de Caixa.	2.929.652,11	2.929.652,11	0,00	396.144,80	396.144,80	0,00
Contas a Receber de Clientes..	18.463.954,53	18.463.954,53	0,00	9.770.551,06	9.770.551,06	0,00
Impostos e Contrib. a Recup...	7.079,85	7.079,85	0,00	13.524,21	13.524,21	0,00
Estoques.....	548.400,58	548.400,58	0,00	617.761,93	617.761,93	0,00
Serviços Pedidos em Curso.....	119.939,23	119.939,23	0,00	41.143,28	41.143,28	0,00
Adiantamento a Fornecedores.	867.436,23	867.436,23	0,00	2.545.941,02	2.545.941,02	0,00
Exposição Involuntária.....	535.782,92	535.782,92	0,00	1.751.908,06	1.751.908,06	0,00
Outros Créditos a Receber.....	215.052,92	215.052,92	0,00	648.805,18	648.805,18	0,00
	23.687.298,37	23.687.298,37	0,00	15.785.779,54	15.785.779,54	0,00
NÃO-CIRCULANTE						
Realizável a Longo Prazo						
Depósitos Judiciais.....	29.531.399,57	29.531.399,57	0,00	27.625.946,13	27.625.946,13	0,00
Impostos e Contrib. a Recup...	10.001,58	10.001,58	0,00	9.685,62	9.685,62	0,00
I. Renda e C. Social Diferidos..	2.063.659,02	2.063.659,02	0,00	2.644.368,04	2.644.368,04	0,00
Ativo Financ. Ind. de Conces...	5.369.824,33	0,00	5.369.824,33	26.781,59	0,00	26.781,59
IMOBILIZADO.....	0,00	48.988.609,77	(48.988.609,77)	0,00	49.217.787,10	(49.217.787,10)
INTANGÍVEL.....	23.936.069,80	37.417,22	23.898.652,58	26.759.643,20	65.280,43	26.694.362,77
	60.910.954,30	80.631.087,16	(19.720.132,86)	57.066.424,58	79.563.067,52	22.496.642,74
TOTAL DO ATIVO.....	84.598.252,67	104.318.385,53	(19.720.132,86)	72.852.204,12	95.358.846,86	(22.496.642,74)

DEMONSTRATIVO DO RESULT. DOS EXERC. FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Valores Expressos em Reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	75.231.894,51	59.468.749,68
CUSTOS/DESPESAS OPERACIONAIS		
Energia Elétrica Comprada para Revenda.....	(27.664.156,67)	(19.169.776,32)
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição.	(18.794.065,53)	(20.267.864,25)
Pessoal.....	(13.517.691,76)	(12.933.363,40)
Material.....	(1.276.081,22)	(1.454.927,38)
Serviço de Terceiros.....	(2.800.329,66)	(3.384.599,09)
Depreciação e Amortização.....	(1.268.105,14)	(1.337.821,18)
Aluguéis e Leasing.....	(737.971,36)	(731.070,80)
Outros.....	(518.052,22)	47.311,11
	(71.745.314,10)	(57.520.807,90)
LUCRO OPERAC. ANTES DO RESULT. FINANCEIRO.....	3.486.580,41	1.947.941,78

RESULTADO FINANCEIRO

Receitas Financeiras.....	1.360.621,48	1.261.136,19
Despesas Financeiras.....	(2.309.777,00)	(3.253.125,34)
	(949.155,52)	(1.991.989,15)
RESULTADO OPERAC.ANTES DA C. SOCIAL E I. RENDA	2.537.424,89	(44.047,37)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente.....	(702.911,70)	(47.937,26)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido.....	(227.543,73)	(322.876,76)
	(930.455,43)	(370.814,02)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	1.606.969,46	(414.861,39)

6 - PARECER DA DIRETORIA

Observamos que a Iguazu Energia mantém presente o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão e a modicidade das tarifas, apresentando bom desempenho na qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Da análise geral constatamos que a Iguazu Energia revela-se uma empresa operacionalmente rentável, o que também se apresenta como cenário técnico e econômico-financeiro para os próximos anos.

Das análises técnicas, econômicas e financeiras a Iguazu Energia apresenta-se como uma Concessionária de Energia Elétrica ajustada à nova realidade brasileira e apta para enfrentar novos desafios.

O êxito que a Iguazu Energia vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Desejamos finalmente consignar, voto de louvor e agradecimento à competência e dedicação de todos nossos colaboradores, que não medem esforços, com eficiência e capacidade, no desempenho de suas atribuições, em prol do engrandecimento da empresa e desta região.

A ADMINISTRAÇÃO

Joaquim Salles Leite Filho – Diretor

Ana Paula Torres – Diretora

Antonio Claudio Baldissera – Diretor

Wagner Luiz Teles – Contador
CRC 16.365 – CPF: 607.476.769-68